

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**Prestação de Serviço de “ manutenção de edifícios e infraestruturas do Instituto
Politécnico de Lisboa”**

Concurso Público Internacional N.º 70/2023/IPL

Artigo 1.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Lisboa, abreviadamente designado IPL, com o NIPC: 508 519 713, sito na Estrada de Benfica, n.º 529, 1549-020 Lisboa, com os números de telefone: 21 710 12 00, fax: 21 710 12 35, endereço eletrónico obras@sp.ipl.pt, plataforma eletrónica; www.acingov.pt.

Artigo 2.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, no uso da sua competência delegada prevista na alínea na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinada pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, por força do disposto no n.º 1 do artigo 85.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro) e no n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos do IPL, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 20/2009, de 21 de maio bem como no uso de competência delegada, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Despacho n.º 7058/2022, de 2 de junho, proferido pela Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no D.R., II Série, n.º 107, no que concerne à autorização da despesa objeto do presente procedimento.

Artigo 3.º

Objeto do concurso

- 1- O presente concurso tem por objeto a aquisição de serviços para a “manutenção de edifícios e infraestruturas do Instituto Politécnico de Lisboa”, cujas especificações constam do caderno de encargos.
- 2- O código CPV (Common Procurement Vocabulary), previsto no Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado e republicado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007 é o 50700000-2 Serviços de reparação e manutenção de equipamento em edifícios

Artigo 4.º

Esclarecimento às peças do concurso

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do Concurso.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, para a plataforma, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. A prestação dos esclarecimentos é feita por escrito, na plataforma, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. As peças que constituem o presente procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma.
5. As visitas às instalações deverão ser solicitadas por escrito até ao termino do prazo estipulado para solicitação de esclarecimentos (através do canal “pedido de esclarecimentos” diretamente na plataforma eletrónica indicada no artigo 1.º deste Programa de Concurso).

Artigo 5.º

Documentos que constituem a proposta

1. - A proposta a apresentar pelo concorrente terá que integrar os seguintes documentos:
 - 1.1 - Documento Único Europeu de Contratação Pública (DEUCP)[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP]
 - 1.1.1 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o DEUCP deverá ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao DEUCP os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.
 - 1.2 -Outros documentos:
 - a) Anexo IV individualizado por lote.
 - b) Apresentação dos valores unitários e anuais para os serviços especificados nas CTE's dos lotes e de acordo com os mapas de quantidades.

Os valores anuais dos mapas de quantidades não poderão ultrapassar os valores limites mencionados

no ponto 2 do art.º 14 deste programa.

c) Mapa de equipamentos a afetar à Prestação de Serviços por lote;

d) Mapa de pessoal a afetar à prestação de serviços de acordo com o definido nas CTE's do lote, com identificação do nome, categoria profissional e vínculo á empresa concorrente.

e) Mapa de planeamento do levantamento e entrega do relatório de acordo com o estipulado nas CTE's do lote.

1.3 – O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.

2- Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Art.º 6.º

Apresentação de propostas variantes

1- Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

2- O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

Art.º 7.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

1- As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados, diretamente na plataforma eletrónica indicada no art.º 1.º deste programa de concurso, até às 23:59h do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio do procedimento ao Jornal Oficial da União Europeia (JOUE)

2- O prazo para apresentação das propostas é contado nos termos do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, doravante designado CCP.

3- A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

4- Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com

o disposto no n.º 5 do art.º 62.º do CCP.

Art.º 8.º

Critério de adjudicação

- 1- A adjudicação será efetuada segundo o critério do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar (alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP).
2. O critério de desempate será por Sorteio, a definir forma se necessário.

Art.º 9.º

Gestor do Contrato

Em cumprimento do art.º 290-A do CCP, os gestores designados por cada UO são : Nuno prado (ESCS); susana castro (ESD); Anabela Carvalho (ESELX); José Cedoura (ESML); Rute Fialho (ESTC); Ana Sabino (ESTeSL/ESE); Carlos Gaspar(ISCAL); Paulo Neto (SP)

Art.º 10.º

Documentos de habilitação

- 1- O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP, anexa ao presente Programa de Concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP (art.ºs 81.º e 83.º-A do CCP);
 - c) Certidão permanente.
- 2- A apresentação dos documentos de habilitação deverá respeitar o estipulado na Portaria 372/2017 de 14 de dezembro.
- 3- Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 3 dias úteis para a referida supressão.

Art.º 11.º**Agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Art.º 12.º**Adjudicação de propostas por lotes**

As propostas serão adjudicadas com referência aos lotes adiante indicados:

Lote n.º	Descrição (Unidade Orgânica)
Lote 1	ESCS
Lote 2	ESD
Lote 3	ESELx
Lote 4	ESML
Lote 5	ESTC
Lote 6	ESTeSL
	ESPAÇOS COMUNS ESTeSL/ESE
Lote 7	ISCAL
Lote 8	SP (SP(Ed. principal/ palacete/ espaço Exterior); Campus de Benfica (ed. P3/ portaria Norte/ portaria Sul/ Grimma/ SSO e espaço exterior)

Art.º 13.º**Repetição de serviços similares**

Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea IV) da alínea a) do n.º 1 do art.º 27.º do CCP, poderá vir a adotar-se o ajuste direto para a celebração de um contrato para aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos que constituem o objeto do presente concurso público.

Artigo 14.º

Preço base

1- O preço base para efeitos do presente procedimento será 407 344,92 € (quatrocentos e sete mil, trezentos e quarenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos), mais IVA, para o horizonte temporal de 3 anos, no caso de renovação de contrato (que se traduz em 3 x 135 781,64 € (cento e trinta e cinco mil setecentos e oitenta e um euros e sessenta e quatro cêntimos) mais IVA, por ano de contrato).

2- Os valores por Unidade Orgânica não poderão ultrapassar os seguintes valores:

Lote n.º	Descrição (Unidade Orgânica)	Valor anual (S/IVA)	Valor 3 Anos (S/IVA)
Lote 1	ESCS	11 937,94 €	35 813,82 €
Lote 2	ESD	10 666,67 €	32 000,01 €
Lote 3	ESELx	29 832,30 €	89 496,90 €
Lote 4	ESML	6 074,16 €	18 222,48 €
Lote 5	ESTC	16 097,56 €	48 292,68 €
Lote 6	ESTeSL	13 940,01 €	41 820,03 €
	2/3 ESTeSL ESPAÇOS COMUNS ESTeSL/ESE	2 040,00 €	6 120,00 €
	1/3 ESE ESPAÇOS COMUNS ESTeSL/ESE	1 020,00 €	3 060,00 €
Lote 7	ISCAL	18 000,00 €	54 000,00 €
Lote 8	SP(SP(Ed. principal/ palacete/ espaço Exterior); Campus de Benfica (ed. P3/ portaria Norte/ portaria Sul/ Grimma/ SSO e espaço exterior)	26 173,00 €	78 519,00 €
TOTAL		135 781,64 €	407 344,92 €

Artigo 15º

Caução

1- Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as

obrigações legais e contratuais, o adjudicatário terá que prestar uma caução, no prazo de dez dias úteis a contar da data da notificação de adjudicação.

1.1- A caução deverá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, respetivamente à ordem ou a favor do Instituto Politécnico de Lisboa.

1.2- O valor da caução será de 5% do preço contratual não incluindo o IVA, devendo para o efeito ser utilizado o modelo constante do anexo II ou III ao presente programa de concurso.

Art.º 16.º

Redução do contrato a escrito

Para além das situações legalmente previstas, a entidade adjudicante pode, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 95.º do CCP, decidir a redução do contrato a escrito.

No caso do Lote 6, no que se refere aos ESPAÇOS COMUNS ESTeSL/ESE, será realizado um contrato com a Escola Superior de Enfermagem (responsável por 1/3 da gestão -1/3 valor correspondente Espaços comuns), e o restante valor, 2/3 respeitante aos espaços comuns, será considerado no contrato da ESTeSL/IPLisboa junto com os valores correspondentes ao solicitado nas CTES pela mesma.

Art.º 17.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de sessenta e seis (66) dias o prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

Art.º 18.º

Negociação

Não haverá lugar a negociação.

Art.º 19.º

Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do

adjudicatário.

ANEXO I

(Anexo II do CCP)

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário no procedimento de ...[designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

(a que se refere o n.º 1.2 do art.º 15.º - Caução do Programa de Procedimento)

**Modelo de guia de depósito
para garantia das obrigações do adjudicatário**
(n.º 2 do art.º 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Vai ____ (identificação completa do adjudicatário), com sede em ____ (endereço), depositar na ____ (sede, filial, agência ou delegação) da ____ (instituição bancária) a quantia de ____ (extenso), em dinheiro/representada por títulos, como caução exigida no âmbito do ____ (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente a ____ (indicar o objeto da adjudicação), nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de ____ (entidade adjudicante), com sede em ____ (endereço) a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

____, ____/____/____

Assinaturas.

ANEXO III

(a que se refere o n.º 1.2 do art.º 15.º - Caução do Programa de Procedimento)

**Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução
para garantia das obrigações do adjudicatário**

(n.º 2 do art.º 90.º do Código dos Contratos Públicos)

Em nome e a pedido de ____ (identificação completa do adjudicatário), vem o/a ____ (identificação completa da instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de ____ (identificação completa da entidade beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (1), até ao montante de € ____, ____ (extenso), destinado/a a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação do ____ (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente a ____ (2), nos termos e para efeitos previstos nos n.ºs ____ (3) do art.º 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (4) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

____, ____/____/____

Assinatura,

(1) – Eliminar o que não interessa;

(2) – Identificação o objeto da adjudicação;

(3) – Tratando-se de garantia bancária devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 (do art.º 90.º), tratando-se de seguro-caução devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 (do art.º 90.º);

(4) – Eliminar o que não interessa;

ANEXO IV
Proposta de preço

Identificação completa do concorrente(1)(2)....., declara que tem inteiro conhecimento do objeto do Concurso Público Internacional para a Prestação de Serviço de " manutenção de edifícios e infraestruturas do Politécnico de Lisboa, e obriga-se a executar o referido nas peças do procedimento para o lote n.º..... pela quantia de € (por algarismos e por extenso em euros), à qual acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, por ano de contrato, o que se traduz em€ (por algarismos e por extenso em euros) mais IVA, para o horizonte temporal de 3 anos, no caso de renovação de contrato.

O valor mensal para o presente lote é de € (por algarismos e por extenso em euros), à qual acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

Justifica-se que o valor total dos honorários em proposta resultam do somatório do valor dos honorários de acordo com mapas de quantidades de recursos humanos, equipamentos e serviços solicitados pelas unidades orgânicas, conforme descritos nas CTE' s de cada lote multiplicado pelo horizonte de 3 anos.

Local e data..,

Assinatura (3).....

(1) No caso de pessoa singular indicar: nome, estado civil, domicílio, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade.

(2) Se se tratar de pessoa colectiva indicar: denominação, pessoa colectiva, sede, filiais que interessam à execução do contrato, Conservatória do Registo Comercial onde se encontra matriculadas seu número de matrícula nessa Conservatória, capital social, objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para obrigarem a pessoa colectiva.

(3) Assinatura do concorrente, se for pessoa singular, ou assinatura do (a) representante (s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa colectiva e respectivo carimbo.

